

ANC - CPEC

CORREIO BRAZILIENSE

ANC 88
Pasta Jan/Jul 86
015

POLITICA

Ass Const

22 JAN 1986

Comissão da Carta debate em segredo

Rio — A reunião dos três comitês temáticos da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais, ontem, no Hotel Glória, foi marcada por uma contradição entre seus membros: enquanto o grupo que discutia os princípios fundamentais da ordem constitucional, organização internacional e declaração de direitos permitiu o acesso da imprensa à exposição dos trabalhos e ao debate, o comitê responsável pela discussão do tema sobre Poder Legislativo e organização partidária permaneceu de portas fechadas até o final da reunião por determinação do procurador-geral da República, Paulo Brossard, que estava coordenando o debate.

Brossard justificou que desde o início ficou decidido que as discussões seriam fechadas. Mas o diretor do Dieese, Walter Barelli, protestou afirmando que a comissão sempre defende o debate aberto à imprensa.

O comitê número um, coordenado pelo ex-senador Mário Martins, apresentou um organograma completo da proposta da declaração de direitos e organização internacional. Entre os temas discutidos estavam desde o direito à vida e à morte até o direito à dupla nacionalidade, passando pelo direito de participação da população na ação governamental através da iniciativa legislativa e da revogação de mandatos.

O jurista Cândido Mendes, secretário deste comitê, considerou o direito de participação política direta do cidadão uma



das propostas mais avançadas, já que a iniciativa legislativa popular pode, neste caso, ser exercida pela apresentação à assembleia federal de projetos de lei, subscritos por no mínimo 50 mil eleitores, podendo participar também sindicatos, associações profissionais e culturais.

Os eleitores poderão reivindicar que o Presidente da República submetta ao referendun popular os projetos aprovados na Câmara antes de serem sancionados. Ou, ainda, requerer a revogação de mandato de um deputado federal desde que mais de 50 por cento dos eleitores inscritos no collegio eleitoral do Estado compareçam às urnas para votarem a medida. Estas sugestões foram apresentadas por José Afonso da Silva, membro do comitê.

Cândido Mendes explicou ainda que as sugestões do comitê consideram a tortura e o terrorismo crimes contra a humanidade por isso, sem o direito à anistia.

Os comitês 3 e 4 reuniram para discutir conjuntamente a questão do parlamentarismo, que é defendida pela maioria dos

membros da comissão. Apesar de sua implantação ser consensualmente defendida, o modelo de parlamentarismo a ser adotado — misto ou puro — ainda causa divergências e levou o grupo a desistir da apresentação de uma conclusão única a esse respeito aos parlamentares constituintes. Os "notáveis" já admitem levar as diferentes posições como sugestões para serem debatidas na Assembleia Constituinte congressual.

Embora garantindo que esse regime político seria melhor para o País, os debatedores do assunto são unânimes em afirmar que antes da mudança é necessário que os partidos se tornem mais representativos e sólidos. Do contrário, "tudo isso seria uma farsa", como disse o professor Hélio Jaguaribe.

Paulo Brossard considera que os partidos estão tão preparados para enfrentar o regime parlamentarista quanto para a democracia. Segundo ele, as agremiações políticas só funcionam na época das eleições e, como no sistema parlamentarista as eleições não têm data marcada, porque o Congresso pode ser destituído pelo Presidente a qualquer momento, os políticos teriam que mudar seu comportamento.

Amanhã, o comitê que estuda a defesa do Estado, da sociedade civil e instituição democrática se reunirá no Banco Central, onde funciona a Secretaria de Comissão de Estudos Constitucionais, com a presença de representantes das Forças Armadas.